

A INTERAÇÃO ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS E A COMUNIDADE SURDA

Cynthia Fialho Campos¹
Jéssica Fernanda Aparecida Bernardes¹
Lídia De Souza Mairink¹
Alcione Januária Teixeira da Silveira²
Fernanda Bicalho Pereira³

fernandabicalhopereira@gmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências da Saúde

PALAVRAS-CHAVE: Comunidade Surda; Surdez; Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

O termo comunidade na perspectiva de Castells (OBERG, 2018) pode ser compreendido como uma teia de relações interpessoais, no qual se promove uma socialização, um compartilhamento de ideias, um sentimento de pertencimento que contribui na construção da identidade, e que oferece um respectivo amparo. Nessa perspectiva, considerando o Brasil como um país que abriga uma vasta diversidade, denota-se a presença de várias comunidades constituintes do lugar, sendo uma delas, a Comunidade Surda (CAMPOS-FONSECA; JUNIOR, 2020). A comunidade surda é descrita como um tipo de sociedade que compartilha sua própria cultura, formada principalmente pelo compartilhamento da língua de sinais padrões de comportamento, como valores e crenças únicas do grupo (SANTANA, SANTANA, 2020). Dentro desse grupo, forma-se uma identidade, que, segundo Santana (2020, p.35), "é composta por um conjunto de influências e experiências adquiridas pelo surdo na comunidade surda". Reconhecendo que a comunidade surda é um grupo de cidadãos com direitos, costumes, histórias, tradições e características comuns que lhes possibilitam ter essa identidade comunitária (BATISTA, SANTOS, 2019), este resumo possui como objetivo analisar a história e as políticas públicas para comunidade surda, através de uma análise bibliográfica.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, a partir de uma revisão da literatura sobre a temática, realizada em junho de 2022. Foram identificados artigos

¹ Graduanda do curso de Psicologia do Centro Universitário Vértice – UNIVERTIX – Matipó-MG.

² Psicóloga. Mestre em Educação. Doutoranda em Educação. Professora do Centro Universitário Vértice – UNIVERTIX – Matipó-MG.

³ Psicóloga. Mestra em Enfermagem. Professora do Centro Universitário Vértice – UNIVERTIX – Matipó-MG.

nas plataformas de busca Google Acadêmico e Scielo. Os descritores utilizados foram: Comunidade Surda; Surdez; Políticas Públicas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Antes de mergulhar nos aspectos e lutas da comunidade surda, é preciso distinguir surdez de deficiência auditiva, conceitos estes conceitos se configuram como termos heterogêneos, já que a surdez pode ser vista como uma diferença cultural, enquanto a deficiência auditiva está mais relacionada a área médica (ROMANO, SERP JR, 2021). Dessa forma, os indivíduos tidos como surdos, são aqueles que têm deficiência auditiva e que se consideram parte da comunidade surda, ao invés de se entenderem como deficientes. Nesse sentido de pertencimento, o surdo se reconhece em uma posição de orgulho, pois exibe tais características, valoriza sua vivência, sua cultura, e adota um idioma próprio, a Língua de Sinais (LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais), (FERNANDES, 2019). Nessa perspectiva, considerar a discussão de políticas públicas ou sua não existência no processo de inclusão faz-se crucial. Identificar que as primeiras políticas constituídas como forma de promover à inclusão das pessoas com deficiência pautavam-se na inserção desses indivíduos em lares cristãos, asilos, hospitais, assim por diante, torna visível a não efetividade desse processo, o qual passa da concepção que considerava os seres como indesejáveis para interpretá-los como objeto de estudo (ROCHA, REIS, COSTA, 2020). Simultâneo às mudanças sociohistóricas, surgem movimentos que garantiram a elaboração de leis, declarações, resoluções, decretos, no contexto brasileiro. Evidenciando o meio educacional, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) - Lei Nº 13.146 (BRASIL, 2015), apresenta-se como uma política designada ao poder público que garante em seu Art. 28 “assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar” (BRASIL, 2015) práticas na educação que assegurem a inclusão por meio da formação inicial e continuada dos professores, da mesma forma, a capacitação de profissionais para o atendimento especializado na escola, de modo que abarque as mais diversas necessidades educativas especiais (ROCHA, REIS, COSTA, 2020). Pode-se citar também, além do Plano Nacional de Educação (PNE), a apresentação de visões futuras relacionadas a evolução na educação de pessoas com surdez, garantidos pela política linguística de educação bilíngue Libras e português, constituída em 2014 pelo Grupo de trabalho do Ministério da Educação (MEC) e aprovada pela ex-presidente do país, Dilma Rousseff, por meio da Lei nº 13.005/2014, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, que busca a melhoria da educação no Brasil (ALMEIDA, 2020). Nesse sentido, o trabalho com políticas públicas envolve uma visão empática, sendo que, o sujeito é levado a pensar a partir do lugar do outro, não sendo algo estático que visa somente conhecer técnicas ou reproduzir conhecimentos, implicando para a sensibilização diante de questões que muitas

vezes são negligenciadas pela sociedade como os direitos humanos, a cidadania, as práticas sociais, dentre outras (SARRIERA, SAFORCADA, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logo, a acessibilidade de lugares públicos e privados e o ajustamento de leis vêm tratando da inclusão na sociedade, buscando o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e de seus direitos como cidadãos. Entretanto, tendo em conta que, apesar da existência de políticas para a inclusão das pessoas com surdez, ainda não há uma execução favorável das mesmas. Fazendo-se assim, necessário a continuidade de movimentos de luta, principalmente, pelo aprimoramento da prestação de serviços nas escolas, de maneira que se utilizem da educação bilíngue para surdos como modalidade de ensino, como prescrito em lei (SOARES, 2019). Como forma de refletir sobre a atuação do Poder Público, a Psicologia que trabalha com as políticas públicas surge então, diante das relações de poder que operam nos processos de dominação que reprimem o dinamismo da autonomia e emancipação da comunidade surda, como uma porta de entrada para o desenvolvimento de políticas públicas que viabilizem a constituição de uma ação pública justa (SOARES, 2019).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. F. S. **Educação de Surdos e Políticas Públicas**. Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Porto Nacional – Curso de Letras – Libras Parfor, 2020.

BATISTA, G.A.; SANTOS, L.C. A Educação dos Surdos no Brasil: Aspectos Históricos e a Evolução da Filosofia Educacional Especial. **Cadernos da Fucamp**, v.18, n.33, p.62-69/2019.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul 2015.

BRASIL/MEC. Lei nº 13.005/2014. **Plano Nacional de Educação. Brasília**. 2014. Encontrado em >http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm<.

FERNANDES, F.S. Diversidade na perda auditiva: conhecer para incluir. **Revista Científica Multidisciplinar UNIFLU**, v. 4 n. 2, 2019.

CAMPOS-FONSECA, L.L; JUNIOR, A.C.R. Compreender o cotidiano da comunidade surda: autoetnografia de um percurso de formação em psicologia **Revista. Educação e Humanidades** 1 (2, jul-dez), 502-521, 2020.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa [recurso eletrônico]**: escolhendo entre cinco abordagens. Tradução: Sandra Mallmann da Rosa; revisão técnica: Dirceu da Silva. – 3. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Penso, 2014.

OBBERG, L.P. O conceito de comunidade: problematizações a partir da psicologia comunitária. **Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil, 2018.

ROCHA, L.P; REIS, M.B.F; COSTA, V.B. Educação especial e inclusão: diálogos sobre pesquisa, políticas e práticas. **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. esp. 1, p. 872-883, maio 2020.

ROMANO, B.; SERP JR, O.D. Singularidades da comunicação no encontro de pessoas surdas e profissionais de saúde mental. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 31, n.2, 2021.

SANTANA, A.C.F.; SANTANA, E.J. **A importância da comunidade surda, identidade surda e a cultura surda**. Centro Cultural de Exposições Ruth Cardoso-Maceió-AL, 2020.

SARRIERA, J.C; SAFORCADA, E.T. **Introdução à Psicologia Comunitária**: bases teóricas e metodológicas. Porto Alegre: Sulina, 2017. 230p.

SOARES, R. S. **A psicologia política das políticas públicas e as políticas linguísticas brasileiras: foco na educação de surdos**. **Revista Gestão & Políticas Públicas**. RG&PP, v.10, n.1, 2019.